



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS I – CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**CARLOS EMANUEL DE ARRUDA GOMES**

**A CULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO SERÁFICO DE SANTO ANTÔNIO:  
CAMINHOS E DESCAMINHOS ENTRE A AÇÃO DA IGREJA E DO ESTADO  
(1940-1955)**

**CAMPINA GRANDE  
2017**

**CARLOS EMANUEL DE ARRUDA GOMES**

**A CULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO SERÁFICO DE SANTO ANTÔNIO:  
CAMINHOS E DESCAMINHOS ENTRE A AÇÃO DA IGREJA E DO ESTADO  
(1940-1955)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Cristina de Aragão

**CAMPINA GRANDE  
2017**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G633c Gomes, Carlos Emanuel de Arruda.  
A cultura escolar no colégio Seráfico de Santo Antônio [manuscrito] : caminhos e descaminhos entre a ação da igreja e do estado(1940 - 1955) / Carlos Emanuel de Arruda Gomes. - 2017.  
44 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.

"Orientação : Prof. Dr. Patrícia Cristina de Aragão, Coordenação do Curso de História - CEDUC."

1. Cultura escolar. 2. Colégio seráfico. 3. Igreja . 4. Estado. 5. História cultural. 6. História da educação. 7. Igreja. 8. Relação igreja estado.

21. ed. CDD 981.33

CARLOS EMANUEL DE ARRUDA GOMES

**A CULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO SERÁFICO DE SANTO ANTONIO:  
CAMINHOS E DESCAMINHOS ENTRE A AÇÃO DA IGREJA E DO ESTADO  
(1940-1955)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Patrícia Cristina de Aragão


Aprovado em: 13/12/2017.

BANCA EXAMINADORA



---

Prof. Dr<sup>ª</sup>. Patrícia Cristina de Aragão (Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof. Me. Luiz Carlos dos Santos  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, por nortear e dá sentido à minha vida, me ajudando a superar os obstáculos e saindo sempre com um aprendizado no final de cada experiência.

À professora Patrícia Cristina de Aragão, por ter aceito meu convite para ser minha orientadora, de modo à estar sempre solicita a me ajudar.

À minha mãe, Maria Delza, sempre presente e prestativa em todas os momentos da minha caminhada. Quantas vezes, durante os anos de universidade, se acordava cedinho, durante à madrugada, para preparar meu café. A ela, eu agradeço por tanto amor dedicado. Também agradeço a meu pai, Joaquim Gomes, por ter sido exemplo de pai, que desde criança, nos ensinou algo fundamental para vida, sempre que falava, “só tem uma coisa que não podem tirar da gente, que é a educação”.

Aos meus irmãos e familiares que sempre me apoiaram e me deram palavras de estímulo.

À minha esposa, Viviane Almeida, por estar ao meu lado, me apoiando durante todo curso e na produção desse trabalho.

Aos professores do Curso de História da UEPB, que contribuíram ao longo dos anos, por meio das disciplinas, dos debates e ensinamentos.

Aos colegas de classe, pelos momentos de apoio e companheirismo durante os anos da graduação. A amizade de alguns, fez a diferença em minha vida.

Em meio a tantas dificuldades, referente a busca de fontes bibliográficas, devido a distância da cidade em que resido, Soledade, até a cidade de Lagoa Seca- PB, local do Objeto de Estudo, tenho muito a agradecer pelo empenho e ajuda dos frades do Convento de Santo Antônio, mais conhecido como Ipuarana, pela disponibilidade de me ajudarem na busca das fontes, nas vezes que pude comparecer.

Aos ex-alunos do Colégio Seráfico, representados na pessoa do senhor Edson Barbary, assim como, aos ex-professores, na pessoa do senhor Cícero Agostinho, fica aqui registrado meu agradecimento, referente à ajuda com as fontes. Sintam-se todos abraçados.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	07
2	A CULTURA ESCOLAR NO CONTEXTO DA HISTÓRIA CULTURAL	08
3	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO COLÉGIO SERÁFICO.....	15
4	TRAJETOS DA CULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO SERÁFICO DE SANTO ANTONIO DE IPUARANA.....	27
5	CONCLUSÃO.....	41
	REFERÊNCIAS .....	43

# **A CULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO SERÁFICO DE SANTO ANTÔNIO: CAMINHOS E DESCAMINHOS ENTRE A AÇÃO DA IGREJA E DO ESTADO (1940-1955)**

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo problematizar as representações da Cultura Escolar no Colégio Seráfico de Santo Antônio a partir da relação entre Igreja e Estado, notabilizando as influências nesta instituição escolar no contexto de 1940 a 1954. Como instrumento metodológico, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Foram utilizadas fontes escritas encontradas no arquivo do Convento Ipuarana, como também livros escritos pelos ex-alunos e ex-professores do Colégio Seráfico entre outras fontes, das quais possibilitaram responder alguns questionamentos. O trabalho foi dividido em três pontos: o primeiro foi abordado o referencial teórico, Pesavento (2005), D'Assunção (2003) e Julia (2001), dentre outros. O segundo aborda os antecedentes históricos do Colégio Seráfico e por fim, o terceiro ponto, se refere ao trajeto da cultura escolar no Colégio Seráfico de Santo Antônio. As discussões se inserem no campo da História da Educação, por meio das contribuições da História Cultural.

**Palavras-Chave:** Cultura Escolar. Colégio Seráfico. Igreja. Estado.



## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo problematizar as representações da Cultura Escolar no Colégio Seráfico de Santo Antônio a partir da relação entre Igreja e Estado, notabilizando as influências nesta instituição escolar no contexto de 1940 a 1955.

Período de mudanças nas relações entre a Igreja e o Estado brasileiro, que depois de algumas décadas separados, devido a separação oficial, com o início da República, voltam a manter relações de forma mais expressiva, depois do movimento da Restauração Católica no Brasil, que tiveram influência em diversas esferas sociais, como por exemplo, a educação.

O trabalho foi norteado pelo seguinte problema: De que modo, a relação entre Igreja e Estado, no período entre 1940 a 1955, influenciou na cultura escolar do Colégio Seráfico de Santo Antônio?

Diante desse quadro histórico que aconteceu no país, tentaremos encontrar respostas para três questões fundamentais para a importância daquela instituição em meios as exigências da própria Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil, como também para Igreja Católica em geral.

O primeiro ponto foi compreender a relação entre Igreja e Estado enfatizando os desafios, os embates e as aproximações que influenciaram o cotidiano da cultura escolar no Colégio Seráfico de Santo Antônio.

O segundo, identificar a partir de análise das fontes, como se constituiu na cultura escolar do colégio seráfico, as práticas educativas que fizeram parte das vivências na instituição.

E o terceiro e último foi refletir sobre os antecedentes históricos que permitiram compreender a trajetória do Colégio Seráfico, no contexto da história da educação paraibana, fazendo interface com o período entre 1940 e 55, e as mudanças nele operacionalizadas.

O trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica/documental, se utilizando de Registros Escolares, crônicas do convento, atas de reuniões dos professores, assim como, de livros de ex-alunos e de ex-professores, entre outros documentos, que foram utilizados como fontes.

Em contribuição à escrita do trabalho, partimos dos seguintes referenciais teóricos, Pesavento (2005), D'Assunção (2003) e Julia (2001), com objetivo de

responder alguns questionamentos em torno da Cultura Escolar do Colégio Seráfico Santo Antônio.

O trabalho foi dividido em três partes: o primeiro foi abordado o referencial teórico, Pesavento (2005), D'Assunção (2003) e Julia (2001), dentre outros. O segundo aborda os antecedentes históricos do Colégio Seráfico e por fim, o terceiro ponto, se refere ao trajeto da cultura no Colégio Seráfico de Santo Antônio. As discussões se inserem no campo da História da Educação, por meio das contribuições da História Cultural.

Entre tantas dificuldades, as motivações que me levaram a se aventurar em tamanha façanha, foi a minha vontade de contribuir na divulgação da importância daquele lugar, ou seja, o Colégio Seráfico de Santo Antônio esteve presente na vida de muitas pessoas, contribuindo na formação de bons cidadãos, assim como, para a Província Franciscana de Santo Antonio do Brasil, na sua continuação da obra de evangelização, dessas terras sofridas do Nordeste.

## **2 A CULTURA ESCOLAR NO CONTEXTO DA HISTÓRIA CULTURAL**

Pesquisar sobre a História da Educação dentro dos limites temporais do século XX, pressupõe primeiramente a necessidade, por parte daqueles que se aventuram no campo da Nova História Cultural, de terem a compreensão da complexidade pelo qual passou o mundo naquele momento da história, dentro de um ambiente de conflitos e mudanças, os quais redefiniriam os posicionamentos e as relações políticas, sociais e econômicas entre os países e as pessoas. Nessa conjuntura, muitas seriam as mudanças observadas nas mais diversas áreas da atuação humana, entre elas, a educação, uma vez que tais mudanças influenciaram de forma intensa as instituições escolares, resultando em uma nova forma de se pensar esse ambiente, as relações, bem como a sua finalidade.

No campo da História, as mudanças ocorridas influenciaram nas formas de compreender a História e a produção historiográfica, promovendo o alargamento de noções e conceitos, como aconteceu com o conceito de cultura, e promovendo no aparecimento de novos conceitos, como por exemplo, o de representação, o que foi possível através das contribuições trazidas em parceria com outras áreas do conhecimento, o que conduziu à expansão no número de fontes que passaram a ser utilizadas, assim como na ampliação da percepção de que existem a possibilidade

de novas releituras sobre o passado. Todas essas contribuições permitiram os pesquisadores poderem se deter a um “recorte temático” delimitado voltado à educação.

No entanto, pensar em trilhar todo o caminho historiográfico de mudanças ocorridas ao longo desse tempo, na busca de entender a importância dessas transformações políticas e sociais e perceber os resultados ocasionados por essas mudanças no cotidiano de todas as sociedades atingidas, pressupõe uma longa caminhada pela história, a qual não seria possível resgatar neste trabalho.

Diante dessa limitação e complexidade expostas acima, concentraremos nossos esforços no que concerne especificamente às questões voltadas para as mudanças em torno da historiografia, fruto também desse momento de crise pela qual passava o mundo. Esse processo que seria responsável pelas transformações ocasionadas pela crise, viria a se chamar “crise dos paradigmas” no campo da história, sendo que uma das consequências acarretadas por tal crise foi a perda do status de ciência e dos avanços na área da historiografia por meio do aparecimento de novas perspectivas de escrita desse passado, como é o caso da Nova História Cultural, cujo aparecimento se deu após a ruptura com as velhas estruturas de escrita da história (PESAVENTO, 2005). Neste sentido, é importante destacar que queremos chamar a atenção do leitor para os rumos deste trabalho, no processo de construção da sua escrita histórica, proporcionando o entendimento das ideias que iremos nele expor.

A escrita da história começa por uma análise da realidade do passado por meio dos vestígios deixados em paralelo com o referencial teórico definido e defendido pelo historiador, o qual acredita responder as indagações sobre a complexidade da realidade já vivida. Assim, a história é pensada e escrita, para só depois chegar a ser recepcionada, num constante processo de produção de conhecimento e cultura.

Para discutirmos acerca da Nova História Cultural, tomaremos por vereda os estudos de D’Assunção (2003) e Pesavento (2005) e suas análises deste campo do saber. O primeiro, José D’Assunção (2003, p.165), tem suas bases fundamentadas nas ideias de Chartier, expressas pela seguinte fala do autor: “De fato, a história cultural, tal como a entende o historiador francês, ‘tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada

realidade cultural é construída, pensada, dada a ler”. Pesavento definiu os objetivos desta vertente da seguinte forma:

Em termos gerais, pode-se dizer que a proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo (PESAVENTO, 2005, p. 42).

É neste campo do saber que chamamos a atenção para as questões que envolvem à cultura, chegando a um maior entendimento da complexidade social do nosso objeto de estudo, o Colégio Seráfico de Santo Antônio, situada na cidade de Lagoa Seca - PB, a partir dos aportes da cultura escolar, ou seja, é a partir do diálogo com D’Assunção (2003) e Pesavento (2005), em torno do conceito de cultura e da sua maior abrangência, como também, da inserção de outros conceitos como o de representação, que buscaremos por meio de uma narrativa, fazer uma representação do real, do qual nunca poderá ser alcançado, porque está no campo do já vivido, isto é, do passado. Desta forma, chegamos ao entendimento do processo de construção historiográfica, das práticas escolares no Colégio Seráfico de Santo Antônio.

Será a partir das novas possibilidades de discutir a história, por meio da expansão da noção de cultura e da utilização de novas fontes, propiciadas pela Nova História Cultural, que escrevemos nossas percepções acerca da trajetória do Colégio.

A História Cultural é uma proposta nova, pois foi no final do século XX, que veio se consolidando depois da crise dos paradigmas explicativos da realidade, mas que tem suas raízes mais antigas, provenientes do século XIX (PESAVENTO, 2003). Para D’Assunção (2005), essa temporalidade não extrapola para fora dos limites do século XX. Essa perspectiva proporcionou, por meio de uma análise em torno da cultura, entender a construção da cultura escolar existente no Colégio Seráfico, no município de Lagoa Seca- PB. D’Assunção (2003, p. 145) ainda enfatiza a importância da História Cultural mostrando que: “[...]consideraremos que a História Cultural é aquele campo do saber historiográfico atravessado pela noção de ‘cultura’[...]”.

Mas, antes mesmo de compreendermos o que a História Cultural significa para estes autores e a sua importância, é preciso ter consciência das mudanças

ocorridas em torno do que se entendia por cultura no século XIX para, só assim, entendermos as proporções que esses estudos vão ganhar no século XX, chegando a chamar-se Nova História Cultural. A respeito do adjetivo “Nova”, é importante deixar claro que o que entendemos ser seu significado parte da definição colocada por Pesavento (2005, p. 15) o qual justifica muito bem o adjetivo novo, quando afirma que: “Se a História Cultural é chamada de Nova História Cultural, como o faz Lynn Hunt, é porque está dando a ver uma nova forma de a História trabalhar a cultura”.

A noção de cultura como objeto histórico que tende a se modificar no tempo, é para D’Assunção (2003) uma noção de vários sentidos. A esse respeito ele afirma que: “Cultura, contudo, é um conceito extremamente polissêmico, notando-se ainda que o século XX trouxe-lhe novas redefinições e abordagens em relação ao que se pensava no século XIX como âmbito cultural digno de ser investigado pelos historiadores” (p. 145). Importante destacar que o autor usa o termo “polissêmico” devido a possibilidade de existência de vários tipos de cultura, como é o caso da Cultura Escolar, definido como objeto histórico pelo historiador Dominique Julia (1995).

A Nova História Cultural parte da renovação das velhas bases do que se entendia por cultura no século XIX, sendo necessário uma breve explanação sobre tais bases para percebermos a importância que a nova história assumira no final do século XX e início do XXI.

No século XIX a noção de cultura era muito restrita, de modo a negar as manifestações culturais provenientes da cultura popular e que qualquer objeto material produzido pelo ser humano faz parte da cultura. Nesse período, não se permitia perceber que a vivência humana se dá no meio cultural, onde os espaços de vivência e suas relações são construídos naquele contexto, pois voltava-se apenas a sujeitos e objetos da elite. (D’ASSUNÇÃO, 2003, p. 145)

Essa mudança de percepção só foi possível, graças às contribuições das vertentes do Marxismo e da Escola dos Annales, como é o caso da escola inglesa do marxismo, da escola de Frankfurt, assim como, pelos historiadores franceses. Além dessas contribuições, é importante destacar também a articulação de outras áreas, como a Sociologia, Antropologia, com seus arcabolsos teóricos através do quais consolidaram a Nova História Cultural, assim como a mudanças em torno da noção de cultura.

Voltando à discussão, que recairá na própria formação do que chamamos Nova História Cultural e da nova percepção do que acreditamos ser cultura, vai partir da discussão gerada por D'Assunção (2003) e Pesavento (2005) na busca de demonstrar como se deu essa nova forma de escrita histórica e quais mudanças proporcionaram.

O primeiro, procura elaborar um panorama teórico e historiográfico, na busca de explicar o novo olhar referente a cultura e como essas mudanças partiram de dentro das vertentes da escrita histórica e outras áreas citadas anteriormente, com as suas principais contribuições, referente aos novos conceitos e noções, entre os quais os de práticas e representação.

A segunda, tenta explicar como se deu a constituição do campo da Nova História Cultural por meio da crise dos paradigmas, através do que ela chama de arqueologia da História Cultural, buscando explicar as contribuições por parte dos historiadores e outros campos do saber, pelo que ela chama de insights, na formação da nova história e, “de uma busca de novos paradigmas explicativos da realidade” (Pesavento, 2005, p. 37), tendo como resultado a consolidação desse campo de pesquisa.

Mas, o que podemos perceber a partir dessas discussões, é a ampliação da noção de cultura, que ajudará a dar respostas a essa nova realidade, como também, entender as representações feitas do passado. Para Pesavento, a delimitação do conceito de cultura se faz a partir do seguinte aspecto:

Não se trata de fazer uma História do Pensamento ou de uma História intelectual, ou ainda mesmo de pensar a História Cultural nos velhos moldes, a estudar as grandes correntes de idéias e seus nomes mais expressivos. Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo. A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portando já um significado e uma apreciação valorativa. (PESAVENTO, 2005, p. 15)

D'Assunção (2003, p. 146), nas suas reflexões sobre cultura, enfatiza que “Ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isto seja preciso ser um artista, um intelectual, ou um artesão”. Percebemos que o autor entende a palavra cultura como sendo um processo de criação, do qual o ser

humano, por meio das suas práticas culturais, que não se limita só a produção de bens materiais, mas como a produção também de objetos culturais como é o caso da linguagem, constrói também seus “usos e costumes” em meio a seu lugar de vivência.

Com um novo olhar direcionado à cultura, não mais preso a uma classe elitizada, entrariam em cena novos personagens do cotidiano comum, presentes em todas as esferas culturais, que no caso do nosso objeto de estudo se desenvolvem dentro do espaço cultural que é o Colégio Seráfico de Santo Antônio, onde serão representadas as vivências de professores e alunos, como também da sociedade a sua volta.

Todavia, essa abertura à cultura está se dando em meio ao mundo mais complexo, exigindo, por parte dos pesquisadores, novas respostas e olhares diante da complexidade que está se formando dentro da sociedade após o período pós-segunda Guerra, cujas perspectivas teóricas da historiografia já não conseguem mais dar respostas à difícil realidade. É instaurada a crise dos paradigmas da realidade, por volta dos anos de 1968, chegando ao Brasil anos 1990, questionando os referenciais teóricos da História que estariam fixados na busca de uma história total e que caminhava para um fim certo, conhecido por antecendência (PESAVENTO, 2005).

Segundo Pesavento (2005), a busca por respostas pelo campo da historiografia serão realizadas a partir das pesquisas que partem de dentro do Marxismo e da Escola dos Annales, considerados como os causadores da crise, através das suas vertentes neomarxista inglesa e historiadores franceses dos Annales, em parceria com outras ciências, e detalhadas por D’Assunção (2003), como por exemplo, a Sociologia, Antropologia e também da Escola de Frankfurt que era composta por pesquisadores das áreas já citadas, juntamente com filósofos e psicólogos, contribuindo no debate que trará a cultura para o primeiro plano nas pesquisas históricas. Pesavento a esse aspecto enfatiza que:

Em síntese, historiadores franceses dos Annales e historiadores ingleses neomarxistas trabalham, do final dos anos 1960 aos anos 80, com uma história social que avançara para os domínios do cultural, buscando ver como as práticas e experiências, sobretudo dos homens comuns, traduziam-se em valores, idéias e conceitos sobre o mundo. (PESAVENTO, 2005, p. 32)



Outras colaborações destacadas por Pesavento (2005) e D'Assunção (2003), ajudaram a compreender a importância, a partir das discussões entre historiadores da Nova História Cultural com os historiadores da pós-modernidade, tendo por referência Michel Foucault, o qual considera as novas possibilidades de escrever a história a partir do questionamento sobre as fontes, sobre o discurso.

A esse respeito, sabemos que “Uma cultura se instalava pela partilha e atribuição de significados e o que cabia estudar era justamente o jogo de elaboração dos discursos, constitutivos daquilo que se chamaria o real” (PESAVENTO, 2005, p. 32). A realidade passa a ser fruto do discurso, das representações feitas pelos seres humanos na busca de dar sentido as suas vidas. Pesavento (2005, p. 39), fala que: “Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade”, sendo essa percepção fundamental para contribuir na produção textual do que esperamos alcançar sobre nosso objeto de pesquisa.

Outra noção importante para a compreensão da nossa escrita é destacada a partir do diálogo entre D'Assunção e Pesavento, a saber: a representação. Inserida ao campo da História Cultural a partir das discussões com outras áreas do conhecimento, é tida pelos autores, como “contribuição decisiva” (D'ASSUNÇÃO, 2003, p.157) e “categoria central” (PESAVENTO, 2005, p. 39) para a História Cultural.

Nesse sentido, Pesavento (2005, p. 39) afirma que “Expressas por normas, instituições, discursos, imagens e ritos, tais representações formam como que uma realidade paralela à existência dos indivíduos, mas fazem os homens viverem por elas e nelas”. Como veremos adiante, foi assim que viveram os alunos e professores do Colégio Seráfico, dentro de um ambiente de princípios morais regulados pela Igreja, e disciplinados para uma vida de santidade, dentro de uma realidade escolar, pelas quais a Igreja está muito próxima das ações do Estado.

O poder da Igreja, principalmente na década de 40 do século XX, sobre o contexto histórico que estava inserido o Colégio Seráfico de Santo Antônio, no sítio de Lagoa Seca, atualmente cidade, se encaixam as palavras de Pesavento, ao falar:

Aquele que tem o poder simbólico de dizer e fazer crer sobre o mundo tem o controle da vida social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o



gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais. (PESAVENTO, 2005, p. 41)

Mas como já não estamos mais no tempo do acontecido, que já está no passado, fica mais difícil de entendermos os sentidos que eram dadas a aquela realidade, dentro de um contexto histórico de um certo tempo. Tarefa nada fácil, mas que o historiador busca atingir, ao buscar por indícios, “que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele” (PESAVENTO, 2005, p. 42).

Esses indícios, como por exemplo, as fotos, registros escolares, atas escolares encontrados no Colégio Seráfico, são resquícios do passado, fragmentos que ficam no lugar do ocorrido. “Tais traços são, por sua vez, indícios que se colocam no lugar do acontecido, que se substituem a ele” (PESAVENTO, 2005, p. 42)

Desta forma, possibilita-nos reconstruir com as fontes, a representação da Cultura Escolar existente no Colégio Seráfico de Santo Antônio, buscando saber o que aconteceu nessa instituição escolar por meio da ação criadora do ser humano, por meio dos seus agentes sociais, na construção de uma cultura dentro de um espaço e do tempo histórico, por meio das suas representações. De modo que, nosso entendimento sobre Cultura Escolar, está de acordo com o que Julia aponta que é:

Para ser breve, pode-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos. (JULIA, 2001, p.10)

Essas normas e práticas se dão imersas a um ambiente influenciado por ideias de uma época, no caso do Colégio Seráfico de Santo Antônio, buscaremos descobrir quais influências se deram sobre a cultura escolar daquela instituição, e as finalidades as quais essa cultura foi direcionada.

### **3 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO COLÉGIO SERÁFICO**

Antes de iniciarmos o debate e reflexão sobre o Colégio Seráfico de Santo Antônio, torna-se importante fazer um breve comentário sobre os antecedentes históricos que culminaram com o surgimento dos outros colégios que existiram na

Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil, para só assim, entendermos a importância que o Colégio Seráfico vai assumir no século XX dentro do processo de existência e permanência da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil, como também nas relações entre Igreja e Estado.

Durante muito tempo, os franciscanos, assim como outras ordens religiosas que se encontravam no Brasil, sofreram muito com intervenções por parte da Coroa Portuguesa referentes à entrada de noviços, bem como das atividades voltadas à instrução, ocasionando o esvaziamento dos conventos. Tais medidas foram tomadas no século XVIII, como é possível constatar através da pesquisa organizada por Oliveira(2016), fruto de pesquisa realizada a partir de documentos impressos, manuscritos e leituras de outras bibliografias referente aos franciscanos da província de Santo Antônio do Brasil. A autora nos chama atenção para seguinte realidade:

O fato é que o esvaziamento dos conventos na América portuguesa, não apenas franciscana mas também de outras ordens religiosas, se agravava na segunda metade do Setecentos, como consequência direta do Decreto Régio emitido em 30 de janeiro de 1764 por D. José I, que reforçou as restrições anteriores e vedou a todos os conventos, mosteiros e seminários localizados nas terras sob a Coroa lusa de receberem postulantes, salvo no caso de permissões específicas. Essa proibição foi aprofundada através de um Aviso Régio datado de 26 de maio de 1769, de alcance mais amplo (OLIVEIRA, 2016, p. 9).

Compreendemos, a partir dessa autora que as primeiras medidas tomadas pelo Primeiro-ministro da coroa portuguesa, Marquês de Pombal, no reinado de D. José I, em 1759, foi substituir:

todas as aulas de instrução elementar ministradas por religiosos por classes conduzidas por docentes civis, os chamados professores-régios, devidamente chancelados pelo poder colonial através dos diretores de estudos (OLIVEIRA, 2016, p. 7).

Decisões iguais a estas não ocorriam por acaso, mas impulsionadas por outros fatores que já vinham acontecendo na Europa, provenientes de afastamentos e rupturas entre o Estado e a Igreja de Roma, como também, pela união das igrejas católicas ao Estado nacional, afastando-se das imposições da Santa Sé, que viria a resultar no Movimento chamado de Ultramontanismo, no século XIX.

Para Dias(2008) as gênesis do ultramontanismo estariam enraizadas no Concílio de Trento (1545-1567), conhecida como Contra Reforma, o qual, como se sabe, surgiu em contraposição à Reforma protestante, que trazia questionamentos sobre a universalidade da Igreja, da utilização só do Latim, abrindo espaços para se pensar em aspectos nacionais voltados a religião, como por exemplo, na introdução das línguas vernáculas, destacados por Martim Lutero na Alemanha, e apoiado pelos príncipes.

Dias (2008) enfatiza que na França, em movimento análogo ao da Alemanha, vai haver o afastamento por parte dos próprios católicos, com as orientações vindas de Roma, firmando-se nos século XVII e XVIII. Nesse período acontece a criação de uma igreja nacional, no momento em que “O Estado e a Igreja na França, através da Concordata de 1516, firmado entre o Rei François e o Papa Leão X, estabelecem que o catolicismo era uma religião do Estado” (DIAS, 2008, p. 27) Assim, a igreja ganha um cunho nacional, passando a se chamar Igreja da Gália, sendo que essa passagem para o Estado fica conhecida como galicanismo.

Desta forma, o Rei passava a ter o direito de aceitar ou não, as decisões vinda da Santa Sé, como também, de designar suas ações dentro da Igreja, conforme apresenta Marques:

[...]todas as decisões canônicas, mesmo conciliares, necessitam de promulgação real chamada publicação. Desta forma, o clero ficou preso ao ‘gallicanisme’, que deu ao rei o direito de apresentar os candidatos a bispo, confiou os processos sobre a simonia e a confidência a tribunais laicos e encarregou os oficiais do rei de fazer aplicar certos cânones. (MARQUES, 1995, p. 9)

Com total poder, em oposição aos ditames do Papa em Roma e da constituição do seu caráter nacional, “O rei, que tinha autoridade sobre os bispos, não permitiu a promulgação do Concílio de Trento em território francês e, só em 1615, os decretos foram promulgados no país” (DIAS, 2008, p. 27).

Articulado ao caráter nacional da religião e ao distanciamento das ordens vindas da Santa Sé expostas anteriormente, se consolidaram as bases para o Ultramontanismo, a partir da Revolução Francesa de 1789, com a separação entre Igreja e Estado, ao mesmo tempo que dará, posteriormente, novos contornos aos posicionamentos da Igreja Católica Apostólica Romana na França e pelo Mundo. Toda essa nova configuração decorreu conforme destaca Dias:

A Revolução Francesa, ao desmontar o absolutismo monárquico, estabelecendo a burguesia como poder hegemônico, destituíra de seus privilégios de nobreza, proporcionados por sua união com o Estado (DIAS, 2008, p. 28)

Através da Constituição Civil do Clero de 1790, foi criada, a partir da Assembleia Constituinte de 1789, a proposta de tornar a Igreja Católica uma religião do Estado e sob às ordens do mesmo. Um Estado laico e liberal se constituía a partir da revolução, colocando um fim a monarquia, que tinha seu poder sustentado nas ideias do poder divino, recebido através da Igreja (DIAS, 2008, p. 30).

A partir deste acontecimento, foi gerada uma dupla oposição, tanto por parte dos católicos franceses, que serão a favor da união da igreja católica com o Estado, na formação a uma igreja nacional, como também por parte dos católicos ultramontanos, que serão contrários a essa junção e tementes ao poder papal, que se apresentava como poder divino.

Segundo Dias (2008, p. 30), “O termo ultramontano pode, portanto, ser, a principio, explicitado como um movimento elaborado por católicos franceses, tendo sua origem nos séculos XVII e XVIII”, mas que ganhara novo significado, depois da Revolução Francesa.

Fora desta discussão da gênese, mais na mesma direção de mostrar o que a Revolução proporcionou para a existência do novo significado do ultramontanismo, nos utilizaremos das contribuições proporcionadas através dos estudos de Rambo (2002), o qual chama o movimento ultramontano de “Restauração Católica”.

Segundo esse autor, o entendimento do que foi a Restauração Católica para a Igreja, e para o mundo ocidental, que aconteceu no século XIX e parte do século XX, se dá pela contextualização histórica dos acontecimentos ocorridos no século XVIII, que culminaram em mudanças que chegaram aos dias atuais. Assim, ele mostra que:

O final do século XVIII, e principalmente a primeira metade do século XIX, compreende um espaço na história, em que se gestaram transformações radicais que terminaram por moldar a fisionomia do mundo até os nossos dias (RAMBO, 2002, p. 280)

As transformações enfatizadas pelo autor, faziam menção às mudanças na forma de pensar, vindo atrelada a elas, o fim do engessamento do indivíduo dentro da estrutura, que ele apresentará da seguinte forma:

A revolução do pensamento que teve sua expressão máxima na ilustração, no iluminismo, no enciclopedismo, no racionalismo, no liberalismo, no evolucionismo, no socialismo, foi sem dúvida um dos componentes mais decisivos. A Revolução Francesa implantaria na França os resultados práticos dessa reviravolta, derrubando a monarquia e executando a família real na guilhotina [...] – O processo em movimento resultou num fenômeno de grande importância: uma radical transformação na maneira de conceber o pertencimento do indivíduo ao corpo social. Até aí a pessoa nascia num determinado contexto e por isso mesmo passava a integrá-lo, sem que se lhe oferecesse oportunidade de, por livre escolha, seguir outro caminho. (RAMBO, 2002, p. 281)

Com o fim da monarquia, acabava também o poder da Igreja sobre assuntos materiais, uma vez que a igreja pensava o mundo como um ambiente sacro, e como representante da autoridade divina sobre a terra, controlava todas as esferas da vida humana, concedendo aos reis o poder de agir na esfera civil e espiritual. A Igreja, já não caberia mais à sua interferência sobre assuntos do profano, mas exclusivamente sobre assuntos da esfera religiosa.

A partir daí, passa-se a haver uma mudança na concepção das ações humanas, pois a ideia de que o ser humano, que ao nascer dentro dessa estrutura de pensamento cristão, deveria seguir as determinações da igreja, tendo sua vida pautada em princípios morais cristãos, não escolhido por ele, mas pelo contexto social que fazia parte, se modifica com o advento das ideias de liberdade, igualdade e fraternidade trazidos com a Revolução Francesa.

Nesse novo contexto, o Estado, que antes necessitava da legitimação religiosa dada pela Igreja sobre a autoridade do rei, já não precisou mais, pois como diz Rambo (2002, p. 281): “A autoridade sobre a sociedade civil já não emanava da autoridade divina tornada visível e palpável via Igreja. Foi credenciada pela conquista pessoal do monarca ou do mandatário ou outorgada pela vontade e pela escolha do povo”. Estava assim, posto o fim da união entre Estado e Igreja.

Diante desse novo quadro, Rambo diz que a Igreja buscou solução de forma mais efetiva no papado de Pio IX, para fazer frente as ideias laicas da revolução, da secularização e tentar se manter em seu local de destaque dentro da sociedade mundial, a partir do Concílio Vaticano I, e a justifica assim:

Durante as sessões do Concílio Vaticano I, os padres conciliares, sob orientação de Pio IX, empenharam-se em afirmar e a reafirmar as linhas doutrinárias e as disciplinares, tomando como referência principal o Concílio de Trento (RAMBO, 2002, p. 288).

Assim, o conceito de Ultramontanismo passou por mudanças dentro dessa nova realidade, diferentemente do significado apresentado por Dias, que estava restrita a França, e agora ganharia contornos mundiais e novas finalidades dentro do projeto de Restauração. “O conceito de ‘ultramontanismo’ adquiriu novas conotações, como o retorno à ortodoxia do Concílio de Trento e do princípio de que toda a autoridade emana de Roma” (RAMBO, 2002, p. 288).

Esclarecido o movimento ultramontano na discussão acima, no intuito de compreender as relações pacíficas e conflituosas, entre Igreja e Estado, a partir dessa época no mundo chegando também no Brasil, como também, de ajudar o leitor a entender o Ambiente ao qual o Colégio Seráfico vai estar inserido, na primeira metade do século XX, entre os impasses da Igreja e o Estado, dentro e fora da educação.

Segundo Dias (2008, p. 34), “O reinado de D. José I marcou o início do conflito da Igreja com o Estado e uma alteração da política do padroado”. O grande exemplo que marcou a história do povo brasileiro e da nossa educação, foi a expulsão dos Jesuítas. O que antes era tido como uma relação amistosa, segundo Fonseca descreve:

De forma feral, a Companhia de Jesus e o Estado português convergiam na concepção da colonização como uma empreitada também de cunho religioso, em sintonia com as determinações do Concílio de Trento e dos princípios de fundação daquela ordem religiosa (FONSECA, 2011, p. 39).

Essa parceria vai acabar no governo do Marquês de Pombal, influenciado pelos movimentos de renovação que vinham acontecendo na Europa, sendo exposto da seguinte forma por Fonseca:

A administração pombalina, na segunda metade do século XVIII, ilustra bem a compreensão, por parte do Estado, influenciado pelo Iluminismo, do papel de educação no progresso de modernização e desenvolvimento. [...] [...] A força do processo de secularização dessas reformas levou ao enfrentamento com a Companhia de Jesus, principal controladora do sistema educacional no império português, culminando com a expulsão dos jesuítas de todo o Império, em 1759. (FONSECA, 2011, p. 40)

No período Imperial, o cenário não seria muito diferente, continuando por parte da Coroa as suas interferências(restrições) na vida das ordens religiosas D. Pedro II. Infelizmente, a antiga Província de Santo Antônio chegou ao final do

Império com apenas 9 religiosos, os quais já eram idosos. Estava a beira da extinção, mas com muita luta, o seu último provincial Frei Antônio de S. Camillo de Carvalho, na busca pela sobrevivência da mesma, assumiu a partir de 1880 uma dura empreitada para tentar salvá-la.

Com a ajuda do Senhor Arcebispo da Bahia, D. Luiz Antônio dos Santos, conseguem junto à Congregação da Propaganda da Fé, o encargo de organizar uma Missão entre os índios na Arquidiocese da Bahia, que na verdade não passaria de um pretexto para entrada de religiosos europeus (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 15). Na Revista 25 anos depois, revista tomada neste trabalho como fonte histórica analisada, cuja produção foi feita em comemoração aos 25 anos do Convento e Colégio Seráfico de Santo Antônio de Ipuarana trás, em suas páginas, um pequena citação do Provincial Geral da Ordem, escolhendo para tal tarefa missionária, a Província da Santa Cruz na Alemanha. Essa citação que foi retirada da “Acta Capitularia e Definitorialia” traz o seguinte decreto:

Decreto do Revmo. P. Geral da Ordem Frei Aluísio de Parma, no dia 18 de dezembro de 1889, incumbiu dessa tarefa a Província Saxônia de Santa Cruz na Alemanha, e o Ministro Geral ordenou à mesma Província que mandasse religiosos em número suficiente logo que as condições políticas do Brasil o permitissem (REVISTA 25 ANO DEPOIS, 1965, p. 15)

Com a Republica, a Ordem dos Frades Menores não teve mais problemas com a interferência do Estado nas decisões da Instituição, pois, com a saída do Imperador D. Pedro II, o padronato passa a não existir. Essa mudança acaba com a união entre Igreja e o Estado, favorecendo desta forma, a entrada de novos candidatos nativos e estrangeiros, para reforçarem os trabalhos na propagação da Fé.

Com essas transformações, cria-se um ambiente propício a entrada dos religiosos alemães no país, ao ponto de poder restaurar a Província. Segundo consta na Revista 25 anos depois (1965, p. 15): “Em 2 de março de 1893, realizou-se na Biblioteca do Convento da Bahia decisiva Congregação Capitular na qual se resolveu a reforma da antiga Província de S. Antônio.” Oficializou-se desta maneira, sob a tutela da Província da Saxônia, a restauração da antiga Província.

É neste momento que se encontram as bases para entendermos o que proporcionou a vinda dos alemães, e como começou a influência alemã nas duas



Províncias franciscanas existentes na época, aqui no Brasil, influência que se fará presente também na educação desempenhada nos Colégios Seráficos, principalmente no Colégio Seráfico de Santo Antônio de Ipuarana, nosso objeto de estudo.

Em 14 de setembro de 1901, a antiga Província de Santo Antônio do Brasil, juntamente com a província do sul, reassumem o seus papéis de províncias autônomas. Mas isto não quer dizer que os frades alemães da Província da Saxônia deixariam de contribuir com o processo de restauração, onde continuaram, sem obrigação nenhuma, a enviar de 1901 até 1922, novos religiosos para a província.

Outras medidas foram tomadas afim de assegurar a sobrevivência da antiga Província, na busca de resolver o grande gargalo encontrado nas últimas décadas referente a falta de vocações. Uma das medidas tomadas pelos frades restauradores, antes mesmo da restituição da autonomia para a Província de Santo Antônio, no intuito de solucionar a falta de frades, seria a construção de um Colégio Seráfico. A educação realizada nesta instituição estará intimamente ligada ao projeto de sobrevivência desta Província, que se fazia presente em toda a região Nordeste.

O primeiro Colégio Seráfico foi aberto em 1900, no Convento de Salvador. Segundo a Revista 25 anos depois: “A iniciativa despertou muito entusiasmo e grandes esperanças que, no entanto, e em breve, se revelaram ilusórias.” (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 16). Mesmo assim, deu continuidade ao projeto de preparar novos postulantes à vida franciscana. Em 23 de janeiro de 1903, foram aprovadas no Congresso Definitório, as normas diretivas para os estudos no Colégio Seráfico.

O Colégio passou por diversas transferências de lugares, passando para o Convento de São Cristóvão em Sergipe (1903), e de lá, foi mudado para Vila de São Francisco (1907-1908). Com essa última transferência, aconteceu o que não se esperava, “que parte dos alunos voltaram para sua casa e os que se submeteram à transferência não perseveraram” (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 16). Desta forma, o colégio teve que parar de funcionar.

Mais adiante, com o pedido de 5 a 6 jovens de “boa índole” para entrar no Colégio Seráfico de Vila de São Francisco, decidem, no Congresso Definitório, pelo retorno de suas atividades em 1916. Nota-se, a partir da leitura da fonte, que em momento algum foi citado algum trecho sobre o pagamento de alguma mensalidade por parte dos pais dos alunos, mesmo sendo uma atividade que ocasionariam



gastos para província. Mais, acima de tudo, percebe-se um esforço para manter em funcionamento tal estabelecimento, chegando a ser determinada em 1904, uma cota mensal a ser pago por alguns conventos, para ajudar nas despesas do Colégio Seráfico de São Cristóvão.

No entanto, todos esses esforços não bastaram para solucionar a falta de frades, não mais ocasionada pela interferência do estado, mas sim, por algum tipo de mudança. O motivo de tal mudança não fica claro na abordagem da revista, quando a mesma se refere a esperança de ter novamente na Província um grande número de religiosos como em séculos anteriores, mostrando que os religiosos da época ainda: “[...] nutriram por algum tempo esperanças demasiadamente otimista até que chegassem à conclusão de que as coisas haviam mudado sensivelmente” (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 16).

Anos depois das fracassadas tentativas de recrutamento de novas vocações por meio do Colégio Seráfico, o Frei Damião Klein escreveu em 1923 na Revista da Província de Santo Antônio, a circunstância que teria provocado o desastre. O problema estaria na falta de Padres Professores, por causa do excesso de trabalhos voltados a cura d’almas. A mesma situação se constatará na segunda metade do século XX, no Colégio Seráfico de Ipuarana, a partir da pesquisa feita no seu acervo documental.

Mesmo com todas as dificuldades, a província já começava a dar seus primeiros passos, com o auxílio dos frades alemães, mais ainda necessitariam de mais ajuda para realizarem os trabalhos nas paróquias, como na cura d’almas e nas missões populares, serviço dos quais eram cobrados pelos Bispos. Paralelamente aos esforços na busca de vocações aqui no país, na Alemanha, em 1914, o Frei Boaventura Poll, motivado nos alunos do Colégio Seráfico de Vlodropo interesse por participar das missões aqui no Brasil. Tal iniciativa deu frutos, ao ponto de enviar um mês antes da 1ª Guerra Mundial começar, três noviços para a província (Revista 25 anos, 1965)

Em 1915, o provincial responsável pela província da Saxônia propôs a construção de um Colégio Seráfico, que ficaria sob a responsabilidade da mesma, mas serviria para conseguir vocações religiosas para as duas províncias do Brasil da Ordem dos Frades Menores. A proposta foi assinada pelos três provinciais no dia 26 de agosto de 1915. Provavelmente, o plano não tenha saído do papel, devido as

circunstâncias políticas pelas quais passava a Alemanha em pleno período de guerra (Revista 25 anos depois, 1965)

Mas, a construção de um Colégio Seráfico na Alemanha chega a se concretizar alguns anos depois, sendo acompanhada de uma mudança na proposta anterior, no que diz respeito à direção do Colégio. Com o apoio e permissão da Província da Saxônia, juntamente com as licenças do Ministro Geral da Ordem e do Bispo de Osnabrueck, o Frei Baltazar adquiriu um terreno em Bardel, para a construção do Colégio Seráfico de Bardel, que pertenceria a Província de Santo Antônio do Brasil. Foi construída primeiramente uma casa provisória em 1922, para acolher os religiosos empenhados nesta tarefa árdua. E de forma muito simbólica, para a preparação daquele espaço que seria construído o Colégio, foi celebrada, na festa de São José, que dá nome à Província do Nordeste, a primeira Santa Missa.

No mesmo ano, começou a construção do convento e do colégio, dando prosseguimento até 1929, onde pararam as obras, ficando por muitos anos com algumas partes inacabadas tanto do convento, quanto do colégio. Com relação à construção do espaço como um todo, não é de se estranhar que a realização da obra do colégio estava atrelada a construção do convento, tendo como espaço primordial para vida sacerdotal dos padres, a Igreja. As finalidades de ambos estão interligadas, tanto no papel do padre como professor do Colégio, quanto para os fins ao qual estava direcionada a formação dos alunos, como futuros religiosos. Da mesma forma aconteceria na Construção do Colégio Seráfico em Lagoa Seca, na Paraíba, na década de 1940.

As únicas informações as quais a revista faz referência, é sobre o início das aulas do Colégio Seráfico de Bardel, não sendo apresentado nada sobre as práticas, nem sobre as normas desempenhadas naquele espaço escolar, sendo possível constatar apenas o êxito alcançado através dos bons resultados obtidos no colégio referentes ao aumento do número de alunos, que saltava de 80 em 1924, para 100 no ano de 1925, somado as vindas de um total de 27 Clérigos Noviços e professores realizadas de 1920 à 1922, cedidos pela Província da Saxônia, já foi o bastante para a primeira metade da década de 20, foram esperançosos para o futuro da Província. Confiantes no rumo que estava tomando os acontecimentos, frente ao crescimento do número de religiosos, os padres responsáveis pela direção voltaram seus olhares para as vocações sacerdotais nacionais, conforme consta na Revista:

Os atos do Congresso Definitorial de 1º de maio de 1928 rezam: “Tornando-se sempre mais urgente a necessidade de fomentar as vocações entre os brasileiros, os PP. Definidores externaram sua vontade que em vários Conventos fossem acolhidos jovens idôneos para, por algum tempo, serem instruídos e sondados quanto à índole e ao talento; e quando julgados idôneos fossem enviados à uma Escola Seráfica a ser fundada mais tarde. (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p.19)

No mesmo ano aconteceu, no convento de Recife uma reunião definitorial no dia 23 de novembro, onde ficou definido, pelos Padres Definidores, que o novo Colégio Seráfico seria instalado na Residência de São Pedro Gonçalves, na Capital da Paraíba, João Pessoa. “Em 2 de fevereiro de 1929 o P.Provincial Frei Cornélio Neises inaugurou esse novo Colégio Seráfico de Santo Antônio que começou a funcionar com 12 alunos” (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p.19). A função desse colégio era realizar a preparação dos alunos, para irem para o colégio de Bardel, onde iniciariam seus estudos nas classes superiores. Após os estudos concluídos, os alunos continuariam na Alemanha, para iniciarem a sua vida como religiosos no Noviciado em Bardel, fundado no ano de 1928.

No entanto, esse percurso de formação dos estudos dos jovens, que saíam do Brasil para Alemanha, acabou. Não por vontade da província, mas mediante a interferência do governo nazista, que fechou o Colégio de Bardel no dia 1º de abril de 1939, por meio do decreto “assinado em 20 de dezembro de 1938, pelo k. Regierungspraesidenten de Osnabrück Rodenberg” (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 20).

Tal medida trouxe preocupações para a Província do Nordeste, na busca de novas fontes para encontrar religiosos, voltando-se à olhar novamente para as vocações brasileiras, que acarretará na década de 1940, a construção do Colégio Seráfico de Santo Antônio, que proporcionou novos religiosos com o espírito tridentino em sua formação intelectual e religiosa, do qual é possível ser confirmada a afirmação da Influência do Concílio de Trento naquele ambiente escolar, por meio da fala do ex-aluno no ano de 1947 à 1952, e ex-professor daquela instituição no ano de 1961 à 1967, Frei Juvenal:

Os sete anos de seminarista seráfico vivi em clima de Concílio Tridentino e Vaticano I. O objetivo do Colégio era formar frades franciscanos. Por isso o cuidado de preservar de preservar as supostas vocações, isolando-as do mundo exterior: até na

capela a mesa de comunhão era diferenciada, na frente para alunos, atrás para o povo”. (IPUARANA 70 ANOS, 2009, p. 49)

Mas, antes mesmo que adentremos na cultura escolar do Colégio Seráfico de Santo Antônio, influenciadas pelas ideias vindas da Igreja Católica em comunhão com a Santa Sé, é preciso uma “análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular” (JULIA, 2001, p.10), ao ponto de percebermos o ambiente escolar, não como um espaço isolado do que acontece na sociedade, mas em plena sintonia com as propagadas ideias de uma época.

Podemos começar a partir das ações da Igreja Católica na década de 1920 e 1930 no Brasil no século XX, que diferentemente dos primeiros anos da República, onde se manteve afastada do Estado oficialmente por meio do decreto de separação, “promulgado em abril de 1890” e dos políticos influenciados por pensamentos liberais e positivistas, à igreja voltou a se reaproximar do Estado. (AZZI, 1977a, p. 61). Segundo Azzi, a partir da década de 20, estaria iniciando um movimento chamado de Restauração Católica, por meio das ações dos bispos em consonância com as orientações vinda de Roma, das quais, a Igreja tinha como objetivo à maior presença entre a sociedade e colaborar com o Governo, na manutenção da ordem.

Nas décadas de 1930 e 1940, haverá a “proclamação do patriotismo cristão” (AZZI, 1977b, p.79), contra o laicismo, a igreja vai utilizar da afirmação visível da fé católica nas instituições contra o socialismo, que era apresentado como inimigos da Pátria. Ao ponto que reforçava assim o respeito pelas autoridades políticas, principalmente na figura do presidente, que seria regido por ideias católicas.

Cabe aqui um espaço, para destacar uma peculiaridade encontrada no Colégio Seráfico de Santo Antônio, que possibilita-nos fazer algumas observações, em torno da afirmação católica, do qual ela já era por excelência um ambiente de representação católica, o que ocorria através dos desfiles cívicos, proporcionando um sentimento de patriotismo.

A Igreja também começava a formar seu exército de leigos para o combater à favor da fé cristã católica. Entre eles vão estar muitos políticos, lutando para fazer

presentes na Constituição, as reivindicações católicas. E na esfera social, ela dedicou seus esforços para evangelização voltados as famílias e escola.

#### **4 TRAJETOS DA CULTURA ESCOLAR NO COLÉGIO SERÁFICO DE SANTO ANTÔNIO DE IPUARANA**

Em meio a esse ambiente de mudanças dos quais vem passando a sociedade brasileira, em seus mais diversos setores, como economia, social, recaia também sobre a educação, transformando esse ambiente num local de parceria e/ou embates entre a Igreja e Estado.

A necessidade de recrutar novas vocações nacionais para a Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil, exigiria mudanças dentro da própria província, através de resoluções e deliberações, na perspectiva de criar condições para mudança do cenário existente.

Com o colégio de Bardel interditado pelas forças nazistas, e diante das cobranças por vocações franciscanas nacionais, sendo insuficiente as que saíram do Colégio Seráfico de João Pessoa, a província optou por mudanças estruturais fundamentais para resolver essa insuficiência. Através de deliberações e resoluções, a província se preparou para essa nova jornada, na busca de se adequar à nova realidade dos fatos, que forçava buscar alternativas para conseguir novos religiosos em quantidade maior. Conforme consta na Revista 25 anos depois, as mudanças começaram através dos pontos expostos a seguir:

No definitório provincial de 27 de janeiro de 1939, a direção da Província ocupava-se pormenorizadamente com essa premente questão: 1) foram aprovados os Estatutos da Obra das Vocações Franciscanas de nossa Província (O.P.F.); 2) e também determinações aos conventos para favorecerem a construção e manutenção de Escolas Apostólicas; 3) Deliberou-se ainda a construção de um novo Colégio Seráfico em lugar ainda a escolher e fixar. Em carta circular de 19 de fevereiro de 1939, o P. Provincial comunicou à Província a resolução definitória de procurar e adquirir um terreno, onde as condições para a construção e manutenção do Colégio Seráfico fossem mais propícias e garantissem, melhor que em nosso colégio Seráfico de João Pessoa, o funcionamento de um Colégio com número mais elevado de alunos, em lugar saudável. (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 21)

A busca por um terreno para a construção do Novo Colégio, conforme mostra a citação acima, será um dos pontos definidos para o início da preparação do ambiente, na busca de acolher para a vida religiosa, por meio da educação, os futuros alunos do Colégio Seráfico, vindos de toda região Nordeste. E por meio de uma comissão, “constituída pelo Pe. Provincial Frei Humberto e por Frei Matias Teves e Frei Noberto Holl, com o encargo de transformar este plano em realidade” (PEREIRA, 1999, p. 15) visitaram várias localidades do Estado pernambucana. Segundo Pereira:

O primeiro problema era encontrar um lugar apropriado, que satisfizesse a certas condições: este local devia ser próximo a uma cidade de maior porte (mas situada fora da cidade!), de bom clima, e sobretudo numa região onde se respirasse uma atmosfera católica, com uma população de bons costumes, famílias bem constituídas etc. (PEREIRA, 1999, p. 16).

Todavia, como nenhuma das localidades satisfizeram todas as condições necessárias para implantação, restava escolher a que mais agradava, entre aquelas cidades já inspecionadas, que viria a ser a Cidade de Carpina. Antes mesmo que isso se concretizasse, uma carta tendo como remetente o vigário de Campina Grande, foi direcionada aos responsáveis pela Província. Estando este fato descrito nas páginas da “Revista 25 anos depois”, da seguinte forma:

Quando todos já se inclinavam por terrenos em Carpina, chegou uma carta de Frei Romualdo Krümpelmann avisando ao R. P. Definidor Frei Matias Teves que o Vigário de Campina Grande, sabendo do nosso projeto de um novo Colégio Seráfico, se ofereceu a conseguir para nós um terreno bom, perto daquela cidade, e a preço vantajoso, para a construção do nosso Colégio Seráfico. (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 21)

Observamos que esta nova opção que apareceu, indo ao encontro de Campina Grande, no dia 4 de agosto de 1939, o Pe. Def. Frei Matias e Frei Pedro. (Revista 25 anos depois), e depois de averiguado o local que ficara no sítio Lagoa Seca, deram seu parecer positivo para construção. No mesmo mês, outros padres responsáveis pela administração da província, também viajaram para observar o lugar. Segundo a Revista 25 anos depois (1985, p.22): “O definitório, reunido no Recife, de 13 a 19 de agosto, optou, então, definitivamente pelo sítio de Lagoa Sêca”. E, depois da permissão do Arcebispo de João Pessoa, a venda se

concretizou no dia 26 de setembro pela ação do Ministro Provincial. Sendo possível a construção do novo Seminário Menor dos Franciscanos.

Mas cabe aqui, por um lado, questionar os motivos que levaram ao pároco de Campina Grande, a se dispor à ajudar na compra do terreno, conforme foi mostrado no trecho acima, como também na boa ação do Arcebispo em renunciar interesses próprios do Clero para beneficiar os Frades Franciscanos, no momento em que:

em 18 de agosto, o sr Arcebispo de João Pessoa deu seu benévolo consentimento, renunciando a seu próprio plano de adquirir aquele sítio para a construção de um Seminário de Féria. (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 22).

Somos conscientes de que, no momento pelo qual a religião católica estava passando na década de 30 e 40 do século XX, onde o clero, por meio do movimento de Restauração Católica que iniciou no Brasil na década de 20, estava tentando se fazer mais presente em todas as regiões. Ao mesmo tempo que o padre busca por ajuda, para dar assistência a todas as localidades da paróquia de Campina Grande. Segundo Fragoso apud Lustosa:

o vigário de campina Grande, desde muito, ansiava por ter em sua cidade ou município uma casa religiosa que, além de ser um recanto de paz e devoção, lhe garantisse uma ajuda nas necessidades de sua vasta paróquia. (FRAGOSO APUD LUSTOSA, 2014, p. 23)

Por outro lado, os frades franciscanos tinham também os seus interesses, voltadas as condições de construção e manutenção do Seminário, como fica claro, na Revista 25 anos depois (1965, p. 21), ao dizer:

Em carta circular de 19 de fevereiro de 1939, o P. Provincial comunicou à Província a resolução definitória de procurar e adquirir um terreno, onde as condições para a construção e manutenção do Colégio Seráfico fossem mais propícias e garantissem, melhor que em nosso colégio Seráfico de João Pessoa, o funcionamento de um Colégio com número mais elevado de alunos, em lugar saudável.

As condições exigidas pela carta circular, destacadas na Revista 25 anos depois e pelas palavras de Pereira(1999), foram encontradas na localidade de Lagoa Seca, atualmente cidade, mas na época, era apenas um lugarejo pertencente a cidade de Campina Grande, vindo a ser emancipada apenas em 04 de janeiro de



1964, no governo de Pedro Moreno Gondim, pela Lei nº 3.133 (SANTOS Apud LUSTOSA, 2014, p. 30). Segundo Pereira (1999, p.17): “Grande foi a surpresa de encontrarem um local ótimo, com todas as condições desejadas, no lugarejo de Lagoa Seca à época também chamado de Ipuarana”.

O local era de boas condições climáticas, que favorecia a vida dos frades alemães existentes na província, e terrenos propícios ao plantio, de onde foi tirado os alimentos para a alimentação dos frades e dos alunos, mais também, de uma cultura popular regida pelos ensinamentos da Igreja Católica, conforme consta nas Crônicas do Convento Ipuarana:

Clima adorável, ar puro e fresco, agua perenne e boa em abundancia, terreno fertilíssimo, suficiente para fundação do Collegio, mas o que vale muito mais, uma região habitada por uma população catholica, fervorosa, onde as famílias bem constituídas formam a base, não só da vida econômica, mas da vida moral e religiosa[...] (CRÔNICAS DO CONVENTO IPUARANA 1940-1975)

Não podemos esquecer que a vila de Lagoa Seca, estava próxima da cidade de Campina Grande, local tido como estratégico, por estar entre o Sertão e o Litoral como destaca Carneiro (2011, p. 46), ao dizer que: “Em vários momentos da história da cidade de Campina Grande um dos motivos que vão sempre destacá-la é a sua posição geográfica e seu forte poder natural de integração da região”. E somado a esse comentário, uniremos o de Lustosa (2014, p. 24), quando ela escreve: “De certa forma, Campina Grande ocupava lugar estratégico no Estado da Paraíba, era referência de comércio no interior do Nordeste”. Ou seja, tinha-se um ambiente favorável tanto para compra de produtos para o Colégio, e para a acolhida dos que vinham para Ipuarana.

Após a compra do sítio, a Província se ocupou em definir os responsáveis pela elaboração do projeto do novo Colégio Seráfico, sendo escolhido em definitivo, os padres definidores Frei Matias Teves, Frei Noberto Holl e Frei Pedro. Depois de feito o projeto, foi passado para as mãos de um responsável da área, o arquiteto Heitor Maia Filho, afim de só aprimorar as ideias de um ambiente educacional religioso, com os detalhes técnicos, como é possível se perceber aqui:

Em novembro de 1939, a comissão instituída para cuidar do projeto e das plantas do novo Colégio Seráfico encarregou o arquiteto Heitor Maia Filho, do Recife, de elaborar as plantas do novo Colégio Seráfico, conforme anteprojeto apresentado por Frei Pedro; plantas



que, em janeiro de 1940, foram aprovadas pelo Definitório da Província. (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 22)

Mas esses preparativos, não estavam isentos da presença de representantes da política local, em forma de apoio financeiro ou da influência durante a construção do seminário, como é possível destacar no comparecimento de um representante do poder público entre os religiosos na vinda dos responsáveis em dar os primeiros direcionamentos da obra do Colégio, logo abaixo:

Em novembro de 1939, o Irmão Frei Lamberto e Frei Pedro, encarregados da direção das obras da construção, fizeram sua mui modesta entrada em Lagoa Sêca para onde os tinha levado o vigário de Campina Grande, Mons. Delgado, P. Manuel da Costa, vigário cooperador de Campina Grande, e um representante do prefeito Municipal. (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 22)

Depois de definida nos dias 10 e 11 de janeiro de 1940, pelo engenheiro Nestor Moreira Reis, a localização do prédio e a demarcação do local onde foi construído a parte do “eixo do edifício projetado” (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965), que foi composto de igreja, sacristia, biblioteca e cozinha, e serviu de separação entre Colégio e convento, novamente notamos a presença de personalidades públicas, entre eles, políticos, em solenidades religiosas. Isso ocorreu segundo Lustosa (2014), no dia 28 de janeiro de 1940, na benção da pedra fundamental, com a presença do prefeito de Campina Grande, Bento de Figueiredo, onde se encontrava todo clero secular daquela cidade.

A história do Colégio se confunde com a história do próprio convento, por estarem tão juntos no processo de construção de ambos, como na interferência de um sobre o outro. Daremos continuidade ao que refere-se a sua construção e funcionamento.

A construção começou pelo bloco central, composta de sacristia, refeitório do colégio e do convento, e umas salas, e no 1º andar, estava alguns quartos e a biblioteca (PEREIRA, 1999). Instalados os principais cômodos daquela residência, [...] “depois da benção da casa, na festa de Santa Clara, no dia 12 de agosto de 1940, a pequena comunidade: Frei Lamberto, Fr. Manfredo e Fr. Pedro, começou a viver na residência sob o mesmo telhado com o Cristo Eucarístico”. (REVISTA 25 ANOS DEPOS, 1965, p. 24).

E, mesmo antes que a estrutura chegasse ao seu fim, algo impossível por muitos anos, os primeiros alunos chegaram em 1941 ao pré-seminário, quando já estavam prontas outras instalações como por exemplo, refeitório do colégio, quartos dos prefeitos e duas salas de aula e banheiros, para participarem do curso pré-ginasial. Foram 19 alunos a participarem do curso preparatório, chegando ao final do ano, apenas 11, promovidos ao 1º secundário (PEREIRA, 1999).

O restante da construção do grande convento e colégio, aconteceria durante anos, sendo feito por partes, chegando ainda na década de 50, com partes ainda por finalizar (PEREIRA, 1999) cabendo de nossa parte, só o estudo ao que refere-se exclusivamente ao colégio, na tentativa de mostrar a Cultura Escolar do Colégio Seráfico de Santo Antônio, influenciada pelo Ultramontanismo.

Segundo Julia (1995, p. 14), são três, os elementos necessários para a formação de uma cultura escolar, que seriam: espaço escolar específico, cursos graduados em níveis e corpo profissional específico. Todos esses pontos são encontrados no Colégio Seráfico.

Começando pelo prédio, ou seja, o espaço escolar, podemos pensar do Colégio Seráfico como um grande espaço de vivências, com ambientes voltados ao lazer, aos estudos, a saúde e hospedagem, do qual vai estar preparado para receber alunos para morar durante toda o processo de ensino ginasial e científico, para depois seguirem ao noviciado em outro Estado.

Toda uma estrutura foi sendo construída durante anos para receber os alunos, e na medida que crescia o número de seminaristas naquele local, as dependências tendiam a ampliar, naquela que foi uma casa para muitos deles, durante os anos de permanência no seminário. É possível perceber a grandiosidade das divisões desse espaço, por meio da Revista 25 anos depois (1965), nos relatos sobre a construção das alas que possibilitaram a abertura do seminário, ao dizer:

Levantaram-se os pavilhões que, agrupados ao redor, formam grande pátio posterior do Colégio; de um lado a enfermaria do Colégio, diversos quartos; do outro, salas de classe e, paralelo com o refeitório dos alunos, o grande dormitório central, medindo 34x12 metros, flanqueados em ambos os lados de escada e quartos destinados aos PP. Prefeitos; situando-se no andar subterrâneo salões para chuveiros, lavatórios e um grande salão destinado a conferências para os alunos. 'A área do pátio é de 26x40 metros, ou seja, mil metros quadrados, não contada a largura do passeio que é de 3 m, e abre para o claustro em arcadas'. (REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 24)

Concluída essa parte da construção, pode se realizar a transferência no ano de 1942, do Colégio Seráfico de João Pessoa, pequeno porte, para a monumental estrutura realizada em Lagoa Seca, ou Ipuarana, como chama na revista, para receber alunos de todas as partes.

Em cada claustro, ficava as salas de aulas referentes as divisões existentes entre os alunos, dos quais eram classificados como pequenos, médios e grandes, não sendo possível a tramitação de qualquer dos alunos de um grupo, dentro do espaço determinado para o outro. Referente ao assunto, que recairá na classificação dos alunos, não obtemos respostas nas fontes encontradas no Colégio Seráfico sobre o critério para essa separação, então buscamos os códigos para o entendimento desse passado, em outras fontes, das quais utilizei o livro bibliográfico do Carlos Almeida Pereira, ele que foi professor do Colégio Seráfico de Santo Antônio.

Pereira (2002) relata que antes de existir Ipuarana, ele como aluno do colégio de Canindé, por já estar no 4º ano, a classe mais adiantada do Colégio, teve que ir para outro Colégio Seráfico no Paraná, pois o colégio de João Pessoa não tinha mais como receber mais alunos, foram mandados para Rio Negro, que pertencia a outra província franciscana brasileira, 'Província do Sul'. Mas de influência também alemã, devido a reforma dos franciscanos depois do Império. Acreditamos responder com suas palavras, a divisão que acontecia também em Ipuarana, ao dizer:

Por causa do grande número – em torno de 150 alunos! -, diferentemente do que se dava em Canindé e João Pessoa os alunos de Rio Negro eram divididos em três grupos: maiores, médios e pequenos. O critério para divisão era a idade e o desenvolvimento físico. Mas uma tradição consagrada estabelecia que os alunos do 5º e 6º ano sempre fizeram parte da divisão dos maiores. (PEREIRA, 2002, p. 62)

Voltando a estrutura, que também ajudava no disciplinamento dos corpos dos alunos, Foulcault (2010, p. 137) destaca esse espaço educacional como uma das técnicas para disciplinar, dizendo: “Colégios: o modelo do convento se impõe pouco-a-pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito;”

Também destacamos por meio dos relatos da Crônica do Convento, a vigilância dos frades, e a adequação do ambiente escolar para que a fiscalização

aconteça, em um pequeno trecho do que está relatado em suas páginas: “para melhor facilitar a vigilância, estas classes receberam janelas para os corredores”.

Somados a essa estrutura já destacada logo acima, como por exemplo: os quartos voltados aos frades perfeitos, incumbidos das tarefas de cuidar e vigiar os alunos, para manter a disciplina, existia além do dormitório central, mais outros dois quartos grandes, e espaços voltados aos estudos, ao lazer e guarda de utensílios dos alunos, como consta nas páginas destacadas na Revista:

[...] e mais tarde cuidar de novas plantas para duas grandes alas posteriores, flanqueando o enorme dormitório central, uma das alas do lado do Convento e outra do lado do Colégio. [ ] Entremontes, durante a construção da ala situada do lado do Convento, já tinha preparado a construção da ala correspondente do lado do Seminário que irá abranger no andar superior um dormitório e uma grande sala de recreio, no andar inferior grande salão de conferências, salão de canto, salão e gabinete de física e nos porões quartos de música, 3 depósitos destinados a trabalhos manuais dos alunos, a guarda sapatos e as malas.(REVISTA 25 ANOS DEPOIS, 1965, p. 26)

Alguns desses espaços passaram por mudanças, referente as suas finalidades, como por exemplo, os alas que eram direcionados às oficinas, passaram a ser utilizadas para outros fins, dos quais, estariam ligados a rotina dos alunos. Como resultado de tantas mudanças e construções para adequar aquele ambiente as exigências do Colégio, tivemos como resultado uma belíssima obra arquitetônica, voltada para os fins da educação.



Imagem: 1

Foto aérea do colégio/convento na parte traseira.

Fonte: acervo pessoal

Aos gastos para se construir tamanha proeza, Pereira contribui para responder de onde veio tanto dinheiro para financiar todas essas construções e mudanças estruturais, mostrando de onde provieram os recursos, para que fosse possível essa grande obra. Ele diz que se deu graças às contribuições do povo nordestino, que ajudavam os frades que andaram por toda região Nordeste, coletando dinheiro para ajudarem no custeio da construção. Mas junto a isso, também acontecia contribuições vindas de políticos locais, como fica registrado no livro de Crônicas do Convento da seguinte forma: “A pedido do nosso M.R.P. Provincial, o prefeito de Campina Grande, Dr. Elpidio, colocou à nossa disposição a perfuratriz da prefeitura” (CRÔNICA DO CONVENTO IPUARANA 1940 – 1975, p. 62).

Para além da questão estrutural do Colégio, podemos destacar também os aspectos educacionais, diferente de tantos outros colégios, por ser um espaço escolar e ao mesmo tempo religioso, para formação de novos frades. E devido a isso, teria suas características diferentes dos demais ambientes escolares, a começar pelas exigências para entrada do aluno.

A entrada do aluno para estudar em Ipuarana, se dava por meio das Escolas Apostólicas, que tinha a finalidade de preparar os alunos nas séries iniciais do ensino primário, sendo enviados após essa preparação para Lagoa Seca, onde se localizava o Colégio Seráfico, responsável por acolher todos os alunos vindos dos estados onde possuíam suas Escolas Apostólicas. A vontade de ser um religioso era visto com bons olhos pelos frades e muito importante para sua entrada, e quanto mais novo o aluno, melhor. Segundo Pereira, essa preocupação em torno da idade se dava devido ao pensamento da época, do qual a Igreja tinha, destacando da seguinte forma:

Naqueles tempos, e no contexto da igreja, isto era considerado imprescindível, pois achava-se que o jovem fora do seminário, mesmo na melhor das famílias, corria o risco de perder-se. ‘Perder-se’, no caso, equivalia a despertar para o amor e o sexo, com o que o menino passava a ser considerado como definitivamente perdido para o celibato e a vocação sacerdotal. (PEREIRA, 2002, p. 35)

Junto a isso, da década de 40, é possível notar que todos eram avaliados através das conferências dos professores, que se reuniam para debaterem sobre os

primeiros meses dos alunos dentro do seminário, no que compete ao seu aprendizado. O Registro Escolar do colégio diz algo sobre o assunto:

O P. Reitor e demais lentes, por sua vez, iam manifestando suas opiniões e impressão sobre cada um deles. Depois de se ouvirem os diversos pareceres, assentou-se que alguns alunos, insuficientemente preparados para o 1º ginásial, deveria seguir para João Pessoa afim de terminarem o curso primário. (REGISTRO ESCOLAR, 1952)

Já na década de 1950, é possível notar que a entrada no seminário não se deu de forma tão fácil, exigido daqueles que não passarem por uma Escola Apostólica, depois de algum tempo da sua entrada, passassem por um exame, para só assim, confirmar sua matrícula. Isso seria essencial para garantir o bom êxito do ensino dado naquele local. Essa preocupação, de que o aluno não estivesse preparado para acompanhar o ritmo de exigência do currículo, era devida ao grande número de disciplinas, como: Religião, Português, Latim, Grego, Alemão, Francês, Matemática, História do Brasil, História Geral, Geografia, Ciências Físicas, História Natural, Desenho e Música, como é possível destacar seu cunho humanístico, através da tabela encontrada no livro Actas das Conferências do Professores de 1952 (p. 13), referente ao ano de 1946:



	I	II	III	IV	V	VI	VII
Religião	3	3	2	2	2	2	2
Português	7	6	5	4	5	4	3
Latim	8	7	6(5)	5	5	5	5
Frugo	-	-	-	5(4)	4	4(5)	5
Álgebra	-	3	4(3)	3(2)	2(3)	2	2
Geometria	-	- (3)	- (2)	- (2)	4(2)	3(2)	3
Matemática	4	3	4	4	3	3	3
História do Brasil	2	-	2	-	-	1	1
História Geral	-	2	2	2	2	1	1
Geografia	2	2	2	2	1(2)	2	2
Ciências Físicas	-	-	-	2	2	2	2
História Natural	2	2	2	-	-	1	1
Desenho	1	1	-	-	-	-	-
Música	1	1	1	1	-	-	-
	30	30	30	30	30	30	30

Imagem: 2

Fonte: livro Actas das Conferências do Professores de 1952

O curso era composto por sete anos de estudo, que iam do primeiro ao quarto ano ginásial, e do primeiro até terceiro ano científico e composto por dois semestres. Numa rotina de estudo para além da sala de aula, com momentos de estudos em outros horários, além das tarefas para o bom andamento daquele espaço de vivência.

Através do ex-aluno de Edson Berbary, que foi aluno de 1958 à 1962, torna possível através de seus relatos no Livro Ipuarana 70 anos, saber como se dava a rotina do colégio Seráfico de Santo Antônio durante as décadas de 50 e 60, exemplificada na tabela abaixo:

De 2ª a sábado (exceto em dia feriado ou nas férias) era assim:

Horário – Atividade

04:55 – acordar e higiene matinal

05:15 – oração da manhã e meditação no salão

05:30 – missa (capela)

06:10 – 1º estudo (sala de aula)

06:50 – café

07:20/08:05 – 1ª aula

08:10/08:55 – 2ª aula

09:00/09:45 – 3ª aula  
 09:50 – 10:15 – merenda e preparação das mesas para o almoço  
 10:15 – 11:00 – 4ª aula  
 11:05 – 11:50 – 5ª aula  
 12:00 – hora do angelus (capela)  
 12:10 – almoço, seguido de leitura de um livro comum  
 12:40/13:15 – recreio e serviços de limpeza  
 13:15 – reza do terço (3 mistérios) na capela  
 15:30/14:40 – esportes decampo/ ginástica  
 15:00/15:20 – banho  
 15:30 – merenda (e curativos para os acidentados)  
 15:45/16:45 – estudo obrigatório  
 16:45/17:00 – intervalo e preparação das mesas para o jantar  
 17:00/17:50 – estudo obrigatório  
 18:00 – ângelus e: às seg. e quintas – leitura espiritual em sala; às terças- responso de Sant’Antônio, às sextas- via-sacra; às quartas, “semana-em-revista”  
 18:15 ou 18:30 – jantar, seguido da continuação da leitura  
 18:50 -19:45 – recreio/música/Repórter Esso  
 19:45 – reza do terço (2 mistérios restantes) e oração da noite  
 20:00 – higiene noturna e dormir (para alguns médios, e para os grande, estudo livre)  
 21:00 – dormir

No sábado, a parte da tarde era meio diferente: em vez de jogos, busca de roupa limpa e trabalhos variados e pessoais. Os estudos continuavam, mas às vezes, um era livre para se ler romances ou, quando a vez era da turma, escrever cartas. Às seis da tarde, leitura espiritual. Às vezes, às 20:00 – reunião do apostolado ou da Ordem Terceira.

No domingo, tudo era diferente. Quer saber?

05:30 – acordar  
 05:45 – oração da manhã e meditação  
 06:00 – missa dominical  
 06:30 – café  
 06:50/07:30 – tempo livre  
 07:30/09:00 – missa solene com canto gregoriano (às vezes com coral,orquestra)  
 09:30/10:30 – estudo obrigatório ou jogo importante  
 10:30/11:50 – tempo livre  
 12:00 – angelus seguido do almoço  
 12:40/13:15 – recreio  
 13:15 – reza dos 3 mistérios do terço  
 13:30/14:30 – estudo livre  
 14:30/17:50 – tempo livre, jogos diversos, recebimento de visitas, com direito à merenda às 15:30  
 18:00 – bênção solene do Santíssimo, seguindo o jantar e o resto igual aos dias da semana.

Como é possível constatar nas informações acima, o tempo para todas as tarefas eram bem divididas, de modo a não proporcionar a ociosidade nos alunos, evitando ocupar a mente com pensamentos que não fossem voltados as práticas do estudo e da fé.

E por último, não daria para esquecer da presença do professor, conforme destaca Julia (2001), um dos pontos fundamentais para concretização da cultura



escolar, pois cabe a ele por em prática certos dispositivos pedagógicos que ajudaram a alcançar os objetivos esperados pela instituição ao qual ele representa. Se tratando do Colégio Seráfico, existe uma peculiaridade, registrado no livro de Crônicas de Ipuarana (1940 – 1975, p. 45): “todos os padres são professores do Seminário”. Ou seja, todos eram formados em teologia e filosofia, estavam mais preparados para divulgarem a fé, do que para assumirem a responsabilidades de uma sala de aula, porém, a vontade de dar o seu melhor como professores, fazia daquele local, um lugar de referência, devido a qualidade dos estudos lá recebida.

Segundo Pereira, para assumir essa posição de educador, exigia uma postura respeitosa diante dos alunos, devido à importância daquele local para a Província, enfatizando da seguinte forma

Durante aqueles anos em Ipuarana como casa de formação dos futuros frades, representava um dos principais centros da vida da província. Para as casas de formação só deviam ser enviadas frades que tivessem uma vida religiosa exemplar e que inspirassem servir de modelo e inspiração para a juventude. (PEREIRA, 2002, p. 37)

Mas, além de seu trabalho no colégio, nos fins de semana, os padres professores também ajudavam na evangelização, chamadas de cura d'almas. “Muitos padres ajudavam os vigários em diversas freguesias: Guarabira, Pedra Lavrada, Teixeira, Tabaiana, Serraria, Campina- catedral, Campina Rosário etc” (CRÔNICA DE IPUARANA, p. 44). Algo de se impressionar, porque além das diversas aulas pelas quais eram responsáveis, ainda tinha forças e coragem para nos finais de semana, ajudarem na evangelização das pessoas das regiões circunvizinhas. Desta forma, é possível Constatar a preocupação que a Igreja tinha em se fazer presente entre o povo, ou seja, dentro de uma política ultramontana, de manter e conquistar mais pessoas para o cristianismo católico.

Os anos do Colégio Seráfico, na década de 40 e 50 do século XX, foi de fundamental importância para ajudar na evangelização, pois estava dentro do contexto tridentino da igreja, que terá seu domínio também sobre a educação daquele local, por ser um espaço religioso, mudando essa estrutura só após o Concílio Vaticano II, na década de 60.

Por outro lado, a cultura escolar do Colégio Seráfico será influenciado pelo estado, como reflexo do que já acontecia na esfera nacional, onde o Estado se

utilizava das influências da Igreja, para manter a ordem, formação de soldados de Cristo, mas com amor a sua pátria.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscamos fornecer ao nosso leitor, informações necessárias para o entendimento do contexto histórico, ao qual o Colégio Seráfico de Santo Antônio, emergiu na cena educacional paraibana, particularmente a partir de Lagoa Seca.

Enveredar pelos caminhos da História da Educação, na busca por informações que nos ajudem a revisitar a História do Colégio de Santo Antônio, no anseio de encontrarmos respostas, que nos façam entender a construção da cultura escolar desenvolvida nesta instituição pertencente a Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil, localizada em toda região Nordeste, onde temos como foco no nosso trabalho a localidade supramencionada, no intuito de saber se esta escola, refletia a presença do ultramontanismo no Brasil, com suas peculiaridades.

Desta forma, a partir das reflexões realizada pelo suporte da Nova História Cultural, com base no conceito de cultura, tivemos possibilidade de empreender uma leitura e compreensão do contexto em que foi criado esta instituição escolar. Buscamos, oferecer ao leitor, as condições, para entender como os fatos do passado, possibilita-nos perceber relações entre Estado e Igreja, que se propagava na Europa, do século XX.

Por fim, mostramos como se deu a construção do espaço escolar do Colégio Seráfico de Santo Antônio, na perspectivas de revisitar sua história, mostrando os detalhes que mostram a influência ultramontana na cultura escolar daquela instituição em meio aquelas décadas de 40 e 50 do século XX. Acredito ter conseguido as respostas que procurei, ao tentar mostrar a importância do Colégio para Província, assim como, das influências do ultramontanismo na formação de uma cultura escolar do colégio Seráfico de Santo Antônio. Espero que outros estudiosos se dediquem mais nos estudos sobre a história deste colégio, como, lugar de esperança para a formação de novos frades e para a continuação da Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil aqui no Nordeste brasileiro.

## ABSTRACT

This research aims at discussing the representations of the School Culture of the Serafico de Santo Antonio School, taking into consideration the relation between Church and State, highlighting the influences over this institution between 1940 and 1954. As methodological procedures, this is a bibliographic and documentary research. The written sources used were found in the files of the Ipuarana Convent, as well as books written by ex-students and ex-teachers of the Serafico School, among other sources, from which some questions were answered. This study is divided into three sections. The first refers to the theories consulted from authors, like Pesavento (2005), D'Assunção (2003), and Julia (2001), among others. The second pertains to the historical antecedents of the Serafico School. Finally, the third concerns the school culture course followed by the Serafico de Santo Antonio School. The discussions belong to the field of Education History, benefiting from contributions from Cultural History.

**Keywords:** School Culture. Serafico School. Church. State.

## REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. **O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930.** *Síntese.* n° 10, v. IV, mai/ago 1977a, p.61-89.

\_\_\_\_\_. **O início da restauração católica no Brasil: 1920-1930 (II).** *Síntese.* n° 11, v. IV, set/dez 1977b, p.73-101.

\_\_\_\_\_. **O fortalecimento da restauração católica no Brasil (1930-1940).** *Síntese.* n° 17, v. VI, set/dez 1979, p.69-85.

BARROS, José D'Assunção. **História Cultural:** um panorama teórico e historiográfico. TEXTOS DE HISTÓRIA, vol.11, n° 1/2, 2003.

CARNEIRO, Júlio César Alves. **Trajetória e cotidiano dos franciscanos na história do Brasil:** em seus capítulos na capitania da Paraíba e rainha da Borborema. Monografia (licenciatura em História) – UEPB. Campina Grande, 2011.

OLIVEIRA, Carla Mary da Silva. **Os franciscanos na província de Santo Antônio do Brasil:** formação religiosa e instrução entre o setecentos e o oitocentos na Paraíba. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/viennhe/anais/trabalhos/eixo8/submissao\\_14697429913321472992665429.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/viennhe/anais/trabalhos/eixo8/submissao_14697429913321472992665429.pdf). Acesso em: 05/08/2017.

DIAS, Roberto Barros. **Deus e a pátria:** Igreja e Estado no processo de Romanização na Paraíba (1894 – 1930). 206 f.il. Dissertação de (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, 2008.

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. **História & ensino de História.** 3. Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir:** nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. 38. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico.** Revista Brasileira de História da Educação, n.1. Campinas/SP: Autores Associados, jan./jun. 2001, p. 9-43.

KULESZA, Wojciech Andrzej et al. **O malogro da educação popular na Paraíba (1930-1945).** In: *Anais do V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil"*. CD-ROM, Campinas, 2001.

LUSTOSA, Kelyana da Silva. **O convento e a cidade:** a influência do Colégio Seráfico de Santo Antônio(Ipuarana) na cidade de Lagoa Seca – PB. (Monografia em História) – Universidade Federal de Campina Grande. 2014. 90 f. :il.

MARQUES, Rita de Cássia. **Da Romanização à Terceira Via: A Igreja no Brasil de 1889 a 1945.**1995. Dissertação de Mestrado em História – UFMG. [1995].

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. Ed. 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

## **FONTES ESCRITAS**

ALBUQUERQUE, João Batista de; MORAES, José Clotário Dantas (coordenadores) **IPUARANA 70 ANOS**, Recife: Editora Nossa Livraria, 2009.

CARVALHO, Felix de; MARTINS, Benedito Siqueira; OLIVEIRA, Raimundo de (organizadores) **IPUARANA 75 ANOS**, João Pessoa: Ideia, 2015.

## **CRÔNICA DO CONVENTO DE IPUARANA 1940 - 1975.**

PEREIRA, Carlos Almeida. **IPUARANA 2000**: Refazendo uma caminhada. Belém – Pa: 1999.

PEREIRA, Carlos Almeida. **Sombras e Luzes do meu caminho**. Campina Grande: edição do autor, 2002.

## **REGISTRO ESCOLAR 1952-1963 Do Seminário de Ipuarana.**

**25 ANOS depois**. Edição comemorativa das Bodas de prata do Seminário Franciscano de Ipuarana (1940-1965) Provincialado Franciscano - Recife, Pernambuco:1965

Disponível em: <http://www.lagoasecaemfoco.com.br/2015/01/convento-ipuarana-que-abrigou-o-antigo.html>. Acesso em: 15/11/20017.